Síntese do testemunho da Associação de Deficientes das Forças Armadas

Abel Fortuna

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/eces/2092>

DOI: 10.4000/eces.2092

ISSN: 1647-0737

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Refêrencia eletrónica

Abel Fortuna, « Síntese do testemunho da Associação de Deficientes das Forças Armadas », *e-cadernos CES* [Online], 25 | 2016, posto online no dia 15 junho 2016, consultado o 15 setembro 2020.

URL : <http://journals.openedition.org/eces/2092>

coletivos ou individuais: marchas brancas e silenciosas, flores, sepulturas, e ações conjuntas com outras Associações de Vítimas ou de familiares de vítimas...

SÍNTESE DO TESTEMUNHO DA ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

ABEL FORTUNA

PRESIDENTE DA DELEGAÇÃO DO PORTO

A FORÇA JUSTA DAS VÍTIMAS DE UMA GUERRA INJUSTA

O movimento dos Deficientes Militares, que deu origem à criação da Associação de Deficientes das Forças Armadas (ADFA) em 14 de maio de 1974, iniciou-se antes do 25 de Abril e foi fruto da tomada de consciência, por parte dos mesmos, do direito à dignidade, à reabilitação e à participação activa na comunidade.

A ADFA, ao assumir-se como “A Força Justa das Vítimas de uma Guerra Injusta”, deu à sociedade um sinal inequívoco de que rejeitava a forma como o regime ditatorial do “Estado Novo” tratava as lutas de libertação dos povos de Angola, Moçambique e Guiné, ao encará-las como movimentos subversivos. Desde logo, a ADFA designou por “Guerra Colonial” os acontecimentos ocorridos nos territórios africanos que originaram muitos milhares de mortos e deficientes militares. Por outro lado, também afirmou claramente que os “deficientes militares” eram vítimas dessa mesma guerra e não “heróis”, como o regime do “Estado Novo” tinha procurado rotulá-los, com o objectivo de esconder uma realidade que cada vez se tornava mais trágica, à medida que os anos iam passando.

Mas a ADFA não só se definiu na sociedade como uma organização inovadora nos princípios e nos valores, como também se organizou com uma rede de serviços de apoio em todo o território nacional, constituída pela sede em Lisboa e doze delegações no Continente e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Esta rede desenvolveu uma ação associativa para a prossecução dos seus objectivos, definidos estatutariamente como “a defesa e a promoção dos direitos sociais, económicos, culturais, morais e profissionais dos seus associados”.

No entanto, apesar de estar consagrado nos seus estatutos que “Esta instituição no respeito pelo primado da dignidade humana, é solidária com toda a pessoa deficiente”, a ADFA não limitou o seu âmbito de intervenção aos deficientes militares. Os deficientes militares não quiseram ser apenas e só “vítimas de uma guerra”, a aguardar que o Estado democrático tomasse medidas no sentido da resolução dos seus problemas. Desde logo afirmaram-se como agentes das

mudanças que a Revolução de 25 de Abril exigiu, desenvolvendo ações junto da sociedade e dos poderes, pelo reconhecimento dos seus direitos, pela mudança de mentalidades, pela reabilitação e pela inclusão social. Esta dimensão de “vítima de guerra “ associou-se a princípios pelos quais os deficientes militares passaram a lutar.

A ADFA estruturou a sua ação com vista à realização dos seus objetivos, intervindo na vertente associativa através da sua rede de serviços de apoio e na da prestação de serviços, criando resposta e estruturas no domínio da reabilitação e reintegração social, de que são exemplos o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG), o Centro de Actividades Ocupacionais (CAO), a Associação Museu da Guerra Colonial em Vila Nova de Famalicão e os serviços clínicos em Lisboa e no Porto.

A ADFA é reconhecida como uma organização socialmente útil, inovadora na sua organização associativa e abrangente, uma vez que abriu a sua ação às pessoas com deficiência em geral e faz da inclusão social uma prática, ao abrir algumas das suas estruturas à comunidade. De entre a vasta actividade desenvolvida ao longo dos 40 anos da sua existência, uma das áreas em que se empenhou foi no tratamento de ex-combatentes afetados por perturbação psicológica crónica resultante da exposição a situações traumáticas no teatro de guerra.

A perturbação psicológica crónica, que compreende o pós-stress traumático de guerra e outras patologias do foro mental, é uma afeção com dimensão sistémica, uma vez que atinge não só o ex-combatente como o seu núcleo familiar, gerando situações de violência e agressividade, isolamento e muitas vezes a destruição desse mesmo núcleo.

A ADFA tem desenvolvido ações de sensibilização, dificultadas pelo silêncio, a que muitos dos afetados se remetem, com o objetivo de sinalizar os casos com necessidades de tratamento e de prestar apoio sempre que, da severidade da patologia, resultaram danos sociais, materiais e económicos que exigem reparação.

Para além disso, a ADFA empenhou-se para que o Estado democrático criasse legislação enquadradora e celebrou com o Ministério de Defesa Nacional um protocolo para a divulgação da Rede Nacional de Apoio e tratamento dos ex-combatentes afetados, através da estruturação de duas equipas multidisciplinares, em Lisboa e no Porto.

A ADFA não confina a sua ação ao território nacional, sendo um membro ativo da Federação Mundial dos Antigos Combatentes (FMAC) em representação de Portugal. Tem ainda relacionamento com organizações de combatentes e

deficientes militares dos países de língua oficial portuguesa, com quem mantém uma cooperação estreita de intercâmbio. Neste domínio, tem sido exemplar a sua postura no relacionamento com essas organizações, cujos membros foram outrora considerados “inimigos”, recorrendo ao jargão militar, mas com quem hoje tem estreitos laços de amizade.

Como reconhecimento do trabalho desenvolvido pela ADFA, foi-lhe conferido os títulos de Membro Honorário da Ordem do Mérito (1996) e Membro Honorário da Ordem da Liberdade (2008).

SÍNTESE DO TESTEMUNHO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA (APAV)

BRUNO BRITO

ASSESSOR TÉCNICO DA DIREÇÃO

TRAUMA, VIVÊNCIAS E PROCESSOS: O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES DE APOIO À VÍTIMA

A APAV, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, cumpre, este ano, 24 anos de existência. Nestes 24 anos, temos adaptado e melhorado os nossos procedimentos na prestação dos nossos serviços no apoio a todas as vítimas de crimes. São as narrativas das vítimas que nos procuram, ou que nos são referenciadas, que servem de base ao desenvolvimento dos nossos serviços – desde a forma como dispomos o espaço dos nossos gabinetes, como formamos os nossos técnicos de apoio à vítima ou como preparamos as nossas campanhas –, a fim de alertarmos a sociedade para o flagelo que é ser vítima de um crime.

Aproveitando o mote que dá nome a este colóquio², aproveitaria para dizer que a narrativa do trauma é, ou começa por ser, muitas vezes, silenciosa. Este silêncio, fruto de incompreensão e de dor, de quem é afetado por um crime, ou, muitas vezes por coação ou medo do agressor, isola a vítima, o que faz com que não lhe sejam garantidos direitos fundamentais, de proteção, segurança ou autodeterminação. A APAV travou durante anos a batalha de ver reconhecidos os direitos das vítimas, como por exemplo, com o trabalho que fez para a sensibilização relativamente à violência doméstica, que hoje ainda continua a travar.

O mesmo caminho tem sido percorrido com vítimas emigrantes, de tráfico sexual, ou exploração para trabalho, de crimes patrimoniais, como furtos, burlas ou crimes contra turistas. Temos dado destaque aos crimes contra as pessoas idosas,

² Colóquio *Narrativas de trauma: vítimas, vivências e processos*, que decorreu na Faculdade de Economia nos dias 19 e 20 de junho de 2014, organizado pelo projeto de investigação TRAUMA do Centro de Estudos Sociais.